



Operação ABCZ mira fraude contra associação sediada em Uberaba

Estelionato, falsificação de documento público, falsidade ideológica e associação criminosa. Esses são os crimes investigados pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) que resultaram na operação ABCZ, desencadeada na manhã desta terça-feira (11/11), em Uberaba, Triângulo Mineiro.

Cerca de 35 policiais cumpriram dez mandados de busca e apreensão expedidos contra o núcleo operacional financeiro de um grupo investigado por fraudar o sistema contábil de uma associação pecuarista sediada na cidade.

Na oportunidade, os policiais apreenderam celulares, notebooks, chips, pen drives e outros aparelhos eletrônicos que serão analisados pelo Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD).

“Descobrimos, ao longo das investigações, que essa organização criminosa atuou entre o período de 2024 até junho de 2025, ocasionando um prejuízo financeiro em torno de R\$ 1,1 milhão”, contou o delegado à frente das investigações, Eduardo Garcia.

Por esse motivo, a Justiça deferiu também pelo sequestro de bens, valores e direitos dos suspeitos, até o valor do prejuízo apurado.

Esquema criminoso

As investigações foram iniciadas em julho deste ano, após denúncia formalizada pelo setor jurídico da associação à equipe que apura crimes de corrupção e lavagem de dinheiro da PCMG em Uberaba. Na oportunidade, foi apresentada aos policiais vasta documentação financeira, demonstrando um elaborado esquema contábil destinado a lesar financeiramente a associação.

Entre os investigados está um ex-colaborador do setor de contabilidade, apontado como responsável pelo mapeamento das prestações de serviços que efetivamente eram prestados à associação. De acordo com Eduardo, o suspeito teria descoberto uma falha no sistema de confecção e conferência dessas notas fiscais, dando origem à fraude.

Segundo apurado, o ex-colaborador da associação e demais investigados criavam pessoas jurídicas recém-constituídas (empresas de fachada) para emitir documentos fiscais emitidos de maneira fraudulenta (notas frias) à associação vítima, gerando um segundo pagamento por um serviço que já havia sido prestado.

As investigações prosseguem.